



Revista de Gestão Ambiental e
Sustentabilidade

E-ISSN: 2316-9834

journalgeas@gmail.com

Universidade Nove de Julho
Brasil

de Melo Travassos, Silvana Karina; de Freitas Costa, José Isidio; Evaristo da Silva,
Welton; de Lima Araújo, Mônica
USO DOS INDICADORES ESSENCIAIS DA GRI NOS RELATÓRIOS DAS EMPRESAS
DOS SETORES DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEL E DE UTILIDADE
PÚBLICA NO BRASIL
Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, vol. 3, núm. 2, mayo-agosto, 2014, pp.
113-129
Universidade Nove de Julho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471647054007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



USO DOS INDICADORES ESSENCIAIS DA GRI NOS RELATÓRIOS DAS EMPRESAS DOS SETORES DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEL E DE UTILIDADE PÚBLICA NO BRASIL

¹Silvana karina de Melo Travassos

²José Isidio de Freitas Costa

³Welton Evaristo da Silva

⁴Mônica de Lima Araújo

Recebido: 07/04/2014

Aprovado: 30/05/2014

RESUMO

O objetivo deste artigo é verificar o grau de aderência plena e de evidenciação efetiva das empresas aos indicadores de relatórios de sustentabilidade elaborados pela versão G3 das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), constituído por um conjunto de indicadores de ordem econômica, social e ambiental, com ênfase na transparência, qualidade e confiabilidade. Foram estudados os setores de petróleo, gás e biocombustível e de utilidade pública no Brasil. Este artigo desenvolve uma metodologia multicaso com abordagem qualitativa e finalidade exploratória. Optou-se pela utilização de uma amostra não probabilística das empresas brasileiras. Os relatórios de sustentabilidade foram obtidos na página institucional de cada empresa estudada a fim de verificar se continham no sumário o chamado índice remissivo dos indicadores GRI. Verificou-se que algumas empresas brasileiras vêm aderindo à utilização dos indicadores propostos pela GRI em seus relatórios de sustentabilidade. Foi constatado que o fato de as empresas fazerem parte de um mesmo setor econômico não faz com que estejam em um nível semelhante de aderência aos indicadores. Ainda se observa que, apesar do esforço realizado pela GRI em desenvolver um modelo de qualidade, mais consistente e completo de relatório de sustentabilidade, a sua aplicabilidade nos setores de petróleo, gás e biocombustível e utilidade pública brasileira ainda precisa ser aprimorada.

Palavras-chave: Global Reporting Initiative (GRI); indicadores essenciais; relatório de sustentabilidade

¹ Mestrado pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Professora no Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento CESED/FACISA
E-mail: silvanakmt@yahoo.com.br

² Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco
Assessor de Pesquisa na Escola de Contas Públicas do TCE/PE, Brasil
E-mail: jisidio@tce.pe.gov.br

³ Graduando em Administração pelo Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento/FACISA
E-mail: welton-evaristo@hotmail.com

⁴ Graduanda em Administração pelo Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento/FACISA
E-mail: moolima@hotmail.com



ANALYSIS OF THE USE OF ESSENTIAL GRI (G3) INDICATORS IN THE REPORTS OF COMPANIES IN THE SECTORS OF OIL, GAS, AND BIOFUELS; AND PUBLIC UTILITIES IN BRAZIL

ABSTRACT

The objective of this article is to verify the degree of full adhesion and Effective Disclosure for business sectors in Brazil for oil, gas, and biofuel; and utilities, through sustainability reports prepared by the G3 version of the GRI Guidelines. The report of the Global Reporting Initiative (GRI) is constituted by a set of principles and indicators of economic, social, and environmental concerns with emphasis on transparency, quality, and reliability. This paper develops a multi-case methodology using a qualitative approach and has an exploratory purpose concerning the compliance of the reports of Brazilian companies to the parameters of the GRI. We opted for the use of a non-probabilistic sample of Brazilian companies in two Brazilian sectors, namely oil, gas, and biofuel; and utilities. Then we obtained sustainability reports which provided the

summary index of the indicators from the institutional page of each company on the internet. From these observations we found that some Brazilian companies are adhering to the use of indicators of Sustainability Reports proposed by GRI. Furthermore, we found that the fact that companies are part of the same economic sector implies they are at a similar level of adherence to the indicators. Also, we observed that despite the effort postulated by GRI to develop a quality model more consistent and complete for sustainability reports, its applicability in the Brazilian oil, gas, and biofuel; and utility industries still needs to be improved.

Keywords: Global Reporting Initiative (G3); essential indicators, the sustainability report.

ANÁLISIS DEL USO DE INDICADORES DE GRI ESENCIAL (G3) EN LA PRESENTACIÓN DE INFORMES DEL SECTOR EMPRESARIAL DE PETRÓLEO, GAS Y BIOCOMBUSTIBLES Y UTILIDAD PÚBLICA EN BRASIL

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es verificar el grado de adherencia plena y de evidencia efectiva, en sectores empresariales en Brasil para el petróleo, gas y biocombustibles y los servicios públicos, a través de informes de sostenibilidad, elaborado por la versión G3 de la Guía GRI. El informe de la Global Reporting Initiative (GRI) está constituido por un conjunto de principios e indicadores de las preocupaciones económicas, sociales y ambientales con énfasis en la transparencia, localización y fiabilidad. En este trabajo se desarrolla un enfoque multi-caso y metodología con finalidad exploratoria cualitativa de los informes para el cumplimiento de los parámetros de las empresas brasileñas GRI. Optamos por la utilización de una muestra probabilística de empresas brasileñas, dirigiéndolos a buscar empresas de dos sectores de Brasil, a saber, petróleo, gas, biocombustibles y los servicios públicos. En seguida, la página institucional de cada empresa

en Internet, fueron obtenidos los informes de sostenibilidad donde constaba el sumario de índice de los indicadores. De la observación de este estudio se encontró que algunas empresas brasileñas han seguido una política de uso de los indicadores propuestos por el Informe de Sostenibilidad GRI. Por otra parte, se constató que el hecho de que las empresas son parte de un mismo sector económico, no hace que sean en un nivel similar de adhesión a los indicadores. También se señaló que, a pesar del esfuerzo postulado por GRI para elaborar un reporte de sostenibilidad más consistente e integral, modelo de calidad de su aplicabilidad en el aceite, el gas, los biocombustibles y la utilidad de Brasil aún necesita ser mejorado.

Palabras clave: Global Reporting Initiative (G3); indicadores clave; informe de sostenibilidad.



1 INTRODUÇÃO

As empresas precisam adotar uma postura proativa e inovadora frente às mudanças de um cenário globalizado, postura esta que permita ajustar-se ao meio ao meio em que estão inseridas de maneira econômico-social e ambientalmente estratégica e responsável.

O aspecto contábil está diretamente ligado às empresas. Evidentemente, é preciso atender ao princípio basilar contábil da continuidade, o qual define que a empresa continuará operando por tempo indeterminado, conforme disposto na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.282 (2010, p. 3, destaque nosso) “que pressupõe que a **entidade continuará em operação no futuro** e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância”.

Como pressuposto da continuidade da empresa e sob o enfoque de um cenário preocupado com o meio ambiente, a contabilidade ambiental, vertente da ciência contábil direcionada ao meio ambiente, é valorizada. Considerada um ramo especializado que tem como objetivo registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os efeitos dessas transações que afetam ou deveriam afetar a posição econômica e financeira dos negócios, também é um instrumento colaborador da gestão ambiental, cujo objetivo é fornecer informações úteis para suporte a planos e decisões (Bayley & Soya, 1997; Bergamini Júnior, 2000; Travassos & Dias, 2009; Travassos, 2012; Travassos, Costa & Santos, 2012). Destarte, a contabilidade ambiental tem como foco principal o desenvolvimento sustentável e apresenta, por meio de relatórios de sustentabilidade, informações que podem propiciar às empresas conhecimentos estratégicos sobre os pontos fortes, fracos, oportunidades e riscos de atuar num mercado competitivo.

O relatório da Global Reporting Initiative (GRI), no qual esta pesquisa se baseia, é constituído por um conjunto de princípios e indicadores de ordem econômica, social e ambiental, com ênfase na transparência, qualidade e confiabilidade das informações divulgadas (GRI, 2006a).

A questão investigada estrutura-se da seguinte forma: qual o grau de aderência plena e de evidenciação efetiva aos relatórios da GRI, versão G3, das empresas dos setores de

petróleo, gás e biocombustível e de utilidade pública no Brasil? Assim, o objetivo deste trabalho é verificar o grau de aderência plena e de evidenciação efetiva das empresas brasileiras desses setores por intermédio dos relatórios de sustentabilidade, elaborados pela versão G3 das Diretrizes do GRI.

Este artigo verificou se as empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro BM&FBOVESPA nos setores de petróleo, gás e biocombustível e de utilidade pública seguiram os padrões G3, contemplando no sumário de seus relatórios de sustentabilidade o índice remissivo com os indicadores da GRI.

Esta pesquisa fundamenta-se nos estudos de Siqueira (2003), Dias (2006), Carvalho (2007), Castro, Siqueira e Macedo (2009) e Nascimento, Pereira, Silva e Bellen (2011), que justificam o fortalecimento do objeto em estudo. Divulgar informações de natureza econômica, financeira e social merece atenção especial na discussão corporativa, sendo o enfoque contábil um dos instrumentos mais importantes que os gestores dispõem para se comunicarem com o mercado em geral e com os investidores.

Por causa de problemas na divulgação dos relatórios de sustentabilidade, tais como pouca transparência, baixa padronização, abrangência limitada das informações disponibilizadas e dificuldade de comparação entre eles (Moneva, Archel, & Correa, 2006), a GRI se propõe a auxiliar as empresas na geração de relatórios e na evidenciação do desempenho ambiental, social e econômico. A GRI emerge de um processo de mudanças que usa medidas da contabilidade tradicional para um regime mais sofisticado, que tenta ilustrar as relações econômicas e os impactos – diretos e indiretos – que uma empresa causa em seus *stakeholders*. Os dados da GRI devem ser capazes de monitorar e avaliar os progressos da organização no sentido da sustentabilidade.

Este artigo é constituído de cinco seções, iniciadas por esta Introdução. Na próxima seção é apresentada a fundamentação teórica sobre o tema. A terceira seção discorre sobre a metodologia utilizada nesta pesquisa. A quarta seção traz a análise e interpretação dos resultados. Por fim, na quinta seção são apresentadas as considerações finais deste trabalho.

2 GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)



Em 1999 foi elaborada a primeira versão do relatório da GRI, lançada apenas em junho de 2000. Depois de várias mudanças, uma segunda versão foi elaborada em 2002 e traduzida para o português em 2004, conforme o Instituto Ethos Empresas e Responsabilidade Social (Instituto Ethos, 2007a). Em outubro de 2006 foi lançada a terceira geração das diretrizes, pautada na sustentabilidade: a chamada G3. Em dezembro de 2006 a versão em português foi lançada no Brasil após um amplo trabalho que envolveu o Instituto Ethos, a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ALBERGE) e o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces).

A elaboração da versão G3 levou mais de dois anos de reuniões de trabalho e processos de consulta, com a participação de mais de 4.000 pessoas de todo o mundo. A GRI elaborou as diretrizes para os relatórios de sustentabilidade baseada em um processo consensual, a fim de criar relatórios que possam alcançar aceitação mundial. Para isso, houve a participação ativa de representantes da indústria, das áreas de contabilidade, investimento, meio ambiente, direitos humanos e organizações de trabalho de várias partes do mundo, que enviaram sugestões e comentários (Gee & Slater, 2005, p. 30). De acordo com o Instituto Ethos (2007a), o lançamento da versão G3 representou uma grande evolução para os relatórios de sustentabilidade pela forma democrática de sua construção e pelo seu próprio aperfeiçoamento, pois a visão da GRI é que os relatórios de desempenho econômico, ambiental e social elaborado por todas as organizações sejam tão rotineiros e passíveis de comparação como são os relatórios financeiros.

A G3 foi concebida de modo a fortalecer os princípios para a elaboração de relatórios de sustentabilidade e conta com protocolos técnicos para todos os indicadores de desempenho (Lucena & Travassos, 2009). Para Vaz (2006), a G3 surgiu da necessidade de tornar os relatórios sociais mais consistentes, tendo em vista que muitas informações desconexas e irrelevantes são apresentadas nesse tipo de relatório. Adiciona-se a esse aspecto a necessidade de tornar as diretrizes mais focadas nos resultados de desempenho da empresa e nas orientações mais claras para compilação dos dados (Instituto Ethos, 2007a, p. 15).

Para assegurar alto grau de qualidade técnica, credibilidade e relevância, a estrutura de relatórios de sustentabilidade é desenvolvida e continuamente melhorada por meio de um intenso engajamento que envolve a GRI, *multistakeholders*, organizações reladoras e especialistas que, juntos, desenvolvem e revisam o conteúdo (Lucena & Travassos, 2009).

A aceitação dos relatórios da GRI vem sendo confirmada pelo desenvolvimento e melhora contínua da estrutura dos relatórios de sustentabilidade. Além de criar competência para sua utilização, com a observância das diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade, outros componentes vêm sendo aplicados, os chamados suplementos setoriais e os protocolos. No entanto, Castro, Siqueira e Macedo (2009) verificaram em suas pesquisas que, apesar do esforço da GRI para desenvolver um modelo de qualidade, mais consistente e completo de relatório de sustentabilidade, a sua aplicabilidade em empresas sul-americanas de energia elétrica ainda precisa evoluir bastante para que os diversos usuários possam ter acesso ao real nível de responsabilidade ambiental das organizações.

Outra novidade da versão G3 foi a substituição da declaração *in accordance*, constante nas diretrizes da GRI de 2002, pelo conceito de níveis de aplicação da GRI, que é uma auto avaliação de até que ponto os elementos da estrutura de relatórios da GRI foram aplicados na elaboração do relatório de sustentabilidade (Instituto Ethos, 2007c, p. 20).

Desde a primeira versão, as diretrizes da GRI abordam os aspectos relacionados à sustentabilidade, que trata do equilíbrio entre os desempenhos econômico, social e ambiental, conhecido por *triple bottom line* (Gasparino, 2006, p.6). Os indicadores de desempenho da GRI estão agrupados nessas três dimensões.

A dimensão econômica da sustentabilidade se refere aos impactos da organização sobre as condições econômicas de seus *stakeholders* e sobre os sistemas econômicos em nível local, nacional e global. Os indicadores econômicos ilustram o fluxo de capital entre diferentes *stakeholders* e os principais impactos econômicos da organização sobre a sociedade como um todo (GRI, 2006a, p.26).

A dimensão ambiental da sustentabilidade se refere aos impactos da organização sobre sistemas naturais vivos e não



vivos, incluindo ecossistemas, terra, ar e água. Os indicadores ambientais abrangem o desempenho relacionado a insumos (como material, energia, água) e a produção (emissões, efluentes, resíduos). Além disso, abarcam o desempenho relativo à biodiversidade, à conformidade ambiental e outras informações relevantes, tais como gastos com meio ambiente e os impactos de produtos e serviços (GRI, 2006a, p.27).

A dimensão social da sustentabilidade se refere aos impactos da organização nos sistemas sociais nos quais opera (GRI, 2006a, p.30). Os indicadores de desempenho social da GRI são subdivididos em práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto.

Na categoria econômica, são sete indicadores essenciais e dois indicadores adicionais que exibem valores econômicos, presença no mercado, impactos econômicos diretos e indiretos, entre outros. Na categoria ambiental são apontados 18 indicadores essenciais e 13 adicionais, englobando aspectos materiais, de energia, água, emissão de efluentes, biodiversidade, produtos e serviços e diversos outros. Na categoria social, tem-se uma abordagem de 25 indicadores essenciais e 14 adicionais que abrangem temas como práticas trabalhistas, direitos humanos, responsabilidade pelo produto, trabalho infantil, segurança, investimento, compras e vários outros, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias, aspectos e indicadores essenciais da GRI

Categorias		Aspectos	Indicadores essenciais
Econômica		Desempenho econômico	EC1, EC2, EC3, EC4
		Presença de mercado	EC6, EC7
		Impactos econômicos indiretos	EC8
Ambiental		Materiais	EN1, EN2
		Energia	EN3, EN4
		Água	EN8
		Biodiversidade	EN11, EN12
		Emissões, efluentes e resíduos	EN16, EN17, EN19, EN20, EN21, EN22, EN23
		Produtos e serviços	EN26, EN27
		Conformidade	EN28
		Transporte	N/A
		Geral	N/A
Social	Práticas trabalhistas	Emprego	LA1, LA2
		Relação entre os trabalhadores e a governança	LA1, LA2
		Saúde e segurança no trabalho	LA7, LA8
		Treinamento e educação	LA10
		Diversidade e igualdade de oportunidades	LA13, LA14
	Direitos humanos	Práticas de investimentos e de processo de compras	HR1, HR2
		Não discriminação	HR4
		Liberdade de associação e negociação coletiva	HR5
		Trabalho infantil	HR6
		Trabalho forçado ou análogo ao escravo	HR7
		Práticas de segurança	N/A
		Direitos indígenas	N/A
	Sociedade	Comunidade	SO1
		Corrupção	SO2, SO3, SO4
		Políticas públicas	SO5



Categorias		Aspectos	Indicadores essenciais
	Responsabilidade pelo Produto	Concorrência desleal	N/A
		Conformidade	SO8
		Saúde e segurança do cliente	PR1
		Rotulagem de produtos e serviços	PR1
		Comunicações de marketing	PR1
		Conformidade	N/A
		Compliance	N/A

Fonte: Adaptado de GRI (2006a, 2006b), Pereira e Silva (2008)

Nota: N/A: dado não se aplica.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à metodologia deste estudo, a tipologia é exploratória. Para Cervo e Bervian (1983), a pesquisa exploratória não requer elaboração de hipóteses a serem testadas no trabalho, ficando restrita à definição dos objetivos, à descrição da situação e da relação existente entre seus componentes. Para Alves (2007), a pesquisa exploratória objetiva tornar o problema mais explícito e aprofundar as ideias sobre o objeto de estudo. Um exemplo desse tipo de pesquisa pode ser o estudo de caso, que é um estudo de um ou de poucos objetos com a finalidade de se obter o máximo de informação possível.

Trata-se de uma pesquisa documental e, quanto ao objeto de estudo, como a proposta do estudo não se limita a um único caso, mas a um conjunto de dez empresas que compõem a amostra (Quadro 2), é necessário aplicar o conceito de multicaso adotado por Triviños (1987) e Yin (2001).

Para Cervo e Bervian (1983), Silva (2003) e Alves (2007), na pesquisa documental são investigados documentos com o propósito de comparar usos e costumes, tendências, diferenças, entre outras características que permitam estudar tanto a realidade presente como o passado como uma pesquisa histórica. Mattar (2008) recomenda filtrar as informações extraídas da internet, tendo como critério de avaliação a reputação da instituição. A amostra da população das empresas para este estudo foi tomada tendo como base o *site* da BM&FBOVESPA, classificado como fonte documental secundária. Alguns pontos da pesquisa documental adotada neste estudo devem ser considerados: os documentos constituem fonte rica e estável de dados e, como subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa histórica; custo baixo se comparado com outras

pesquisas; e não exige contato com os sujeitos da pesquisa (Gil, 1996).

O método de abordagem utilizado foi o dedutivo que, conforme expõe Andrade (2009), é composto por sequências que encadeiam um raciocínio e levam a uma conclusão, partindo de teorias gerais que podem chegar à determinação de fenômenos.

A população da pesquisa é formada pelo conjunto de empresas listadas por setor da BM&FBOVESPA no ano de 2013. Para a classificação setorial estruturada, a BMF&BOVESPA considera, principalmente, os tipos e os usos dos produtos ou serviços desenvolvidos pelas empresas, com os seguintes propósitos: fornecer uma identificação mais objetiva dos setores de atuação das empresas já a partir do primeiro nível da estrutura; permitir uma visão sobre empresas que, embora com atividades diferentes, atuam em estágios similares da cadeia produtiva ou com produtos/serviços relacionados e tendem a responder de forma semelhante às condições econômicas; facilitar a localização dos setores de atuação das empresas negociadas; e aproximar-se de critérios utilizados pelo mercado financeiro nacional e internacional (BM&FBOVESPA, 2013a).

Para a classificação das empresas, a BMF&BOVESPA prioriza as análises dos produtos ou serviços que mais contribuem para a formação das receitas das companhias, considerando, ainda, as receitas geradas no âmbito de empresas investidas de forma proporcional às participações acionárias detidas. No caso de companhias de participação, é considerada a contribuição de cada setor na formação das receitas consolidadas. Entretanto, se algum setor representou participação maior ou igual a dois terços das receitas, a empresa de participação é classificada nesse setor; caso contrário, é classificada como *holding* diversificada (BM&FBOVESPA, 2013a).



A estrutura setorial e a classificação das empresas negociadas são objetos de revisões periódicas. No caso de haver alterações nos produtos ou serviços com maior contribuição para a formação das receitas, é avaliado se essas alterações se mantêm ao longo do tempo ou se são uma tendência antes que seja feita a reclassificação setorial da empresa (BM&FBOVESPA, 2013a).

Para esta pesquisa, foram delimitados os setores de petróleo, gás e biocombustível e de

utilidade pública. Optou-se pela utilização de uma amostra não probabilística. Para o setor de petróleo, gás e biocombustível, foi analisado o segmento de exploração e/ou refino; para o setor de utilidade pública, foram analisados os segmentos de energia e gás.

O Quadro 2 apresenta os setores de atuação e as empresas listadas que fazem parte da população desta pesquisa, com dados divulgados e atualizados pela BM&FBOVESPA em 13 de abril de 2013.

Quadro2 – Setores de atuação, empresas listadas e amostra

Setores de atuação			Amostra
Petróleo, gás e biocombustível			Petróleo Brasileiro S.A.
Segmentos	Equipamentos e serviços	OSX Brasil S.A	
	Exploração e/ou refino	HRT Participações em Petróleo S.A. OGX Petróleo e Gás Participações S.A. Pacific Rubiales Energy Corporation Petróleo Brasileiro S.A. QGEP Participações S.A. Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A.	
Setores de atuação			
Utilidade pública			
Segmentos	Água e saneamento	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento Companhia Saneamento Básico Estado São Paulo Companhia Saneamento de Minas Gerais Companhia Saneamento do Paraná DALETH Participações S.A. Sanesalto Saneamento S.A.	
		521 Participações S.A. 524 Participações S.A. Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. AES Tietê S.A. Afluyente Geração de Energia Elétrica S.A. Afluyente Transmissão de Energia Elétrica S.A. Alupar Investimentos S.A. Ampla Energia e Serviços S.A. Andrade Gutierrez Concessões S.A. Bandeirante Energia S.A. Bonaire Participações S.A. Cachoeira Paulista Transmissora Energia S.A. Cemig Distribuição S.A. Cemig Geração e Transmissão S.A. Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. Centrais Elétricas Mato Grossenses S.A. Companhia Brasileira de Energia Companhia Celg de Participações Companhia Eletricidade do Estado da Bahia Companhia Energética de Brasília	



	Energia	<p>Companhia Energética de Minas Gerais Companhia Energética de Pernambuco Companhia Energética de São Paulo Companhia Energética do Ceará Companhia Energética do Maranhão Companhia Energética do Rio Grande Norte Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica Companhia Paranaense de Energia Companhia Paulista de Força e Luz Companhia Piratininga de Força e Luz Companhia Transmissão Energia Elétrica Paulista CPFL Energia S.A. CPFL Geração de Energia S.A. Desenvix Energias Renováveis S.A. Duke Energy International Geração Paranapanema S.A. Energética Barra Grande S.A. Energias do Brasil S.A. Eletricidade e Serviços S.A. Eletróbrás Participações S.A. Eletropaulo Metropolitana. Eletricidade de São Paulo S.A. Empresa Energética de Mato Grosso Sul S.A. Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. Energisa S.A. Equatorial Energia S.A. Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. Forpart S.A. GTD Participações S.A. Investco S.A. Itapebi Geração de Energia S.A. Light S.A. Light Serviços de Eletricidade S.A. MPX Energia S.A. Neoenergia S.A. Produtores Energéticos de Manso S.A. Rede Energia S.A. Redentor Energia S.A. Renova Energia S.A. Rio Grande Energia S.A. Termopernambuco S.A. Tractebel Energia S.A. Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. Uptick Participações S.A.</p>	<p>AES Tietê S.A. Companhia Energética de Minas Gerais Companhia Energética de Pernambuco Companhia Energética de São Paulo Companhia Paranaense de Energia Eletricidade e Serviços S.A. Eletropaulo Metropolitana. Tractebel Energia S.A.</p>
	Gás	<p>Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro Companhia Gás de São Paulo</p>	<p>Companhia Gás de São Paulo</p>

Fonte: BM&FBOVESPA, 2013b



Acessando o *site* das empresas apontadas no Quadro 2, foram obtidos os relatórios de sustentabilidade, nos quais se verificou a existência da divulgação do índice remissivo dos indicadores do GRI, segundo os padrões G3. Os relatórios de sustentabilidade das empresas do Quadro 2, que não receberam destaque na cor cinza, não estavam de acordo com as diretrizes da GRI, inviabilizando sua análise.

Na análise documental, foi considerada a informação fornecida no índice remissivo dos

indicadores da GRI. Analisou-se a página correspondente a determinado indicador, uma vez que um dos quesitos relativos à conformidade da utilização desse relatório é a adequada elaboração do índice remissivo. Uma busca pelas informações no texto de cada relatório poderia tornar a pesquisa imprecisa, por conta da quantidade e extensão dos relatórios. As diretrizes para a classificação das informações são apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3– Diretrizes para classificação das informações

Categoria	Sigla	Classificação
Apresentados	APL	Aderência plena
	AP	Aderência parcial
	D	Dúbio
	I	Inconsistente
Não apresentados	ND	Não disponível
	NA	Não aplicável
	OJ	Omitido com justificativa
	O	Omitido

Fonte: Adaptado de Dias (2006) e Carvalho (2007).

No Quadro 3, as diretrizes para classificação das informações requeridas nos indicadores essenciais são baseadas nos modelos de Dias (2006) e Carvalho (2007) e descritas em duas categorias: apresentados e não apresentados.

Na categoria de dados apresentados, há a classificação de: Aderência plena (APL), quando todos os dados requeridos no protocolo do indicador essencial da G3 são devidamente fornecidos pela organização; Aderência parcial (AP), quando apenas parte dos dados requeridos são apresentados; Dúbio (D), quando as informações fornecidas não são suficientes para o usuário avaliar se a aderência é plena ou parcial; e Inconsistente (I), quando as informações fornecidas pela organização diferem das requeridas no protocolo do indicador essencial da G3.

Na categoria de dados não apresentados, há a classificação de: Não disponível (ND), quando a organização reconhece que a informação requerida é pertinente às suas atividades, mas ainda não tem condição de fornecê-la; Não aplicável (NA), quando a organização reconhece que os dados requeridos pelo indicador não são pertinentes às

suas atividades ou ao setor em que ela atua; Omissão com justificativa (OJ), quando a organização deixa de apresentar informação requerida pelo protocolo do indicador essencial da G3 por decisão sua, porém apresenta justificativa para tanto; e Omitido (O), quando nada é comentado sobre o indicador requerido, portando-se como se o não existisse.

Ainda sob a perspectiva descrita no Quadro 3 para as diretrizes na classificação das informações, Dias (2006) critica alguns pontos que comprometem a qualidade do relatório, como o viés para potencialização de resultados positivos, relacionado com a qualidade do relatório, que mostra a tendência de destacar informações positivas e omitir alguma outra informação. Para o autor, normalmente as informações omitidas depõem contra a imagem da empresa.

Carvalho (2007) identificou em suas pesquisas com empresas da América Latina que, além da adesão da versão G2 da GRI ocorrer em níveis diferentes, as empresas declararam informações sobre seus indicadores econômicos divergentes do que a GRI efetivamente solicita.

Siqueira (2003) e Siqueira e Vidal (2003) também informam a respeito de vieses



por meio de atenuante fornecido à informação – quando algo de ruim aconteceu à sociedade ou ao meio ambiente em virtude das atividades operacionais da empresa e a mesma tenta passar a impressão de que o fato não foi “tão ruim como parece”; e por meio do uso de viés positivo – que ocorre quando uma informação reflete algo de maléfico ou prejudicial cometido pela empresa e a mesma tenta extrair algum benefício proveniente disso, dando a impressão de que foi bom que tal fato ruim ocorresse. Vieses foram percebidos tanto em pesquisas internacionais, como as de Deegan, Rankin e Tobin (2002, p. 312) e Hackston e Milne (1996, p. 77), quanto em pesquisas nacionais, como a de Dias e Siqueira (2005, p. 14).

Uma vez classificadas as informações conforme as diretrizes descritas no Quadro 3, foi aplicado o cálculo do grau de aderência plena aos indicadores essenciais (GAPIE) e de evidência efetiva (GEE). Para o GAPIE foi verificado o quanto as empresas respeitam as determinações estabelecidas pela GRI. No GEE foi verificado o nível de informação que a empresa está efetivamente oferecendo aos seus usuários em comparação a todo o potencial. A partir dos estudos de Dias (2006) e Carvalho (2007), são demonstrados os cálculos, aplicados separadamente, mediante a utilização das seguintes fórmulas:

$$GAPIE = \frac{\text{total dos indicadores com APL} + \text{total dos indicadores OJ}}{\text{total dos indicadores essenciais} - \text{totais dos indicadores NA}} \quad (1)$$

$$GEE = \frac{\text{total dos indicadores com APL}}{\text{total dos indicadores essenciais} - \text{totais dos indicadores NA}} \quad (2)$$

Onde APL = Aderência plena, OJ = Omitidos com justificativa e NA = Não aplicável.

Para o GAPIE, o total de respostas OJ foi somado ao total de respostas APL porque a GRI permite essa opção. Além disso, o total de respostas NA foi subtraído do total dos indicadores essenciais para não prejudicar o resultado da empresa em função de um indicador que não se aplica às suas atividades. Também não foram considerados indicadores classificados como Aderência parcial (AP), uma vez que seria subjetivo indicar o quanto da informação requerida foi realmente fornecida pela organização, e aqueles classificados como Dúbios (D) ou Inconsistentes (I), porque, no primeiro caso, não existe a certeza se a informação requerida foi realmente fornecida e, no segundo caso não foram efetivamente apresentadas (Castro, Siqueira, & Macedo, 2009).

A investigação deste estudo checkou os indicadores essenciais, por terem maior relevância e aplicabilidade sobre a empresa, ao contrário dos indicadores adicionais, que são complementares, podendo ou não ser aplicados e informados, o que poderia prejudicar a comparação entre as empresas. Optou-se por analisar relatórios de sustentabilidade de 2011, por ser o ano mais atual evidenciado pela

maioria das empresas listadas na BM&FBOVESPA nos dois setores, viabilizando a comparação da amostra selecionada.

No setor de petróleo, gás e biocombustível, no segmento exploração e/ou refino, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) é a empresa que compõe a análise. No setor de utilidade pública, no segmento energia, 8 empresas evidenciaram em seus relatórios conformidade com as diretrizes da GRI. Em atenção à delimitação para o ano de 2011, a análise para o segmento energia contemplou 8 empresas que se enquadram no padrão. Nessas condições, no segmento de gás, identificou-se para a amostra deste estudo a Companhia Gás de São Paulo (Comgás). O segmento de água e saneamento não foi contemplado na amostra, pois as empresas não evidenciam as informações no índice remissivo da GRI, inviabilizando a análise.

Para a classificação dos resultados em alto, médio ou baixo, foram tomados como base os critérios referentes à apresentação dos indicadores requeridos para a classificação nos três níveis de aplicação sugeridos pela GRI (A, B e C), conforme apresentado no Quadro 4.



Quadro 4– Níveis de classificação do GAPIE e do GEE

Faixa	Classificação	Nível
62% — 100%	Alto	A
25% — 62%	Médio	B
0% — 25%	Baixo	C

Fonte: Adaptado de Castro, Siqueira e Machado (2009).

Dessa forma, para a empresa analisada ser classificada como alto grau, ela deve apresentar resultado acima de 62%. Isso porque, para ser classificada como nível de aplicação A, deve ter respondido pelo menos os 49 indicadores essenciais de um total de 79, o que equivale a uma proporção de aproximadamente 62%. Da mesma forma, para uma empresa ser classificada como nível de aplicação B, deve responder a pelo menos 20 indicadores do total de 79, o equivalente a aproximadamente 25%, ou seja, a organização que apresenta um resultado entre 25% e 62% será classificada como de grau médio. O nível de aplicação C é considerado para empresas que exibirem um

resultado inferior a 25%, classificadas como de grau baixo (Castro, Siqueira & Macedo, 2009).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 1 retrata os resultados das análises dos setores de petróleo, gás e biocombustível e utilidade pública, relativas a cada indicador essencial apresentado no Quadro 2. Valendo-se da metodologia apresentada para este estudo, a Tabela 1 traz os resultados gerais do GAPIE e GEE, demonstrados na análise, por setor e relativos às dez organizações integrantes da amostra.

Tabela 1– Análise dos indicadores essenciais (%)

Organização	IE	IA	IS	IDH	ISDE	IRCP	Total	NA	C
Setor de petróleo, gás e biocombustível									
Grau de aderência plena aos indicadores essenciais (GAPIE)									
Segmento de exploração e/ou refino									
PETROBRAS	100,0	76,4	100,0	100,0	90,0	100,0	87,8	A	Alta
Grau de evidencição efetiva (GEE)									
Segmento de exploração e/ou refino									
PETROBRAS	100,0	76,5	100,0	100,0	90,0	100,0	87,8	A	Alta
Setor de atuação utilidade pública									
Grau de aderência plena aos indicadores essenciais (GAPIE)									
Segmento de energia									
AES TIETE S.A.	50,0	47,1	44,4	66,7	33,3	0,00	42,9	B	Médio
CESP	100,0	50,0	100,0	100,0	83,3	100,0	81,8	A	Alta
CEMIG	85,7	100,0	100,0	83,3	100,0	100,0	95,8	A	Alta
CELPE	100,0	17,6	67,0	67,0	83,3	100,0	59,2	B	Médio
COPEL	71,4	59,9	88,9	66,7	100,0	66,7	65,7	A	Alta
ELEKTRO	71,0	64,7	77,8	66,7	33,3	75,0	57,1	B	Médio
ELETROPAULO	50,0	47,1	33,3	66,7	50,0	0,00	42,9	B	Médio
TRACTEBEL	28,6	5,9	0,00	50,0	50,0	25,0	19,1	C	Baixo
Grau de evidencição efetiva aos indicadores essenciais (GEE)									
Segmento de energia									
AES TIETE S.A.	50,0	47,1	44,4	66,7	33,3	0,00	42,9	B	Médio
CESP	100,0	43,8	100,0	100,0	66,7	50,0	77,3	A	Alta
CEMIG	85,7	94,0	100,0	83,3	83,0	75,0	89,6	A	Alta
CELPE	100,0	17,6	67,0	67,0	83,3	100,0	77,3	A	Alta
COPEL	71,4	52,9	77,8	66,7	100,0	66,7	63,8	A	Alta
ELEKTRO	71,0	64,7	77,8	66,7	33,3	75,0	57,1	B	Médio
ELETROPAULO	50,0	47,1	33,3	66,7	50,0	0,00	42,8	B	Médio



TRACTEBEL	28,6	5,9	0,00	50,0	50,0	25,0	19,1	C	Baixo
Grau de aderência plena aos indicadores essenciais (GAPIE)									
Segmento de gás									
COMGÁS	87,7	62,5	55,6	100,0	100,0	100,0	81,3	A	Alto
Grau evidênciação efetiva (GEE)									
Segmento de gás									
COMGÁS	85,7	68,8	55,6	100,0	100,0	100,0	79,2	A	Alto

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: IE: indicador econômico, IA: indicador ambiental, IS: indicador social, IDH: indicador de direitos humanos, ISDE: indicador de sociedade, IRCP: indicador de responsabilidade com o produto, NA: nível de aplicação, C: Classificação.

Das 10 organizações estudadas, a maioria está cumprindo as diretrizes da GRI, com exceção apenas da Tractebel, cujos valores obtidos pelos indicadores essenciais padrão GRI (G3) ficaram com o menor nível de aplicação (C), revelando que a empresa está na faixa de intervalo entre 0% e 25% de aderência, classificada, assim, como grau baixo. Na Tractebel, os indicadores essenciais EN1, EN3, EN11, EN12, EN16, EN19, EN20, EN21, EN23, e EN28 foram classificados como tendo Aderência plena; por outro lado, os indicadores EN2, EN4 e EN27 foram classificados como omissão pelos seguintes motivos:

- EN2 – a companhia informa que realiza o tratamento do óleo retirado dos transformadores para reutilização e não o percentual de material usado proveniente de reciclagem, conforme requer o indicador;
- EN4 – não houve a informação referente ao total de energia indireta consumida, conforme requerido pelo indicador;
- EN27 – a Companhia menciona que recupera material, porém não informa o percentual de produtos recuperados em relação ao total de produtos vendidos, como requerido pelo indicador.

Os indicadores EN8, EN22 e EN26 foram considerados como com aderência parcial, pois:

- EN8 – o total de retirada de água não foi especificado por fonte;
- EN22 – faltaram algumas informações requeridas, como o peso total de resíduos não perigosos e sua segregação por método de disposição; e,
- EN26 – em muitas das ações mencionadas não foram realizadas as quantificações da mitigação dos impactos.

Por fim, o indicador EN17 foi omitido com a justificativa de que os únicos gases

causadores do efeito estufa são aqueles emitidos por veículos da empresa e de seus colaboradores e que esses são dados que a Companhia ainda não tem.

A maior parte das organizações analisadas que contam com relatórios de sustentabilidade de acordo com a versão G3 da GRI obteve os maiores níveis de aplicação (A) do GAPIE e GEE, revelando que as empresas estão na faixa de intervalo entre 62% e 100% de aderência, classificadas com maior grau.

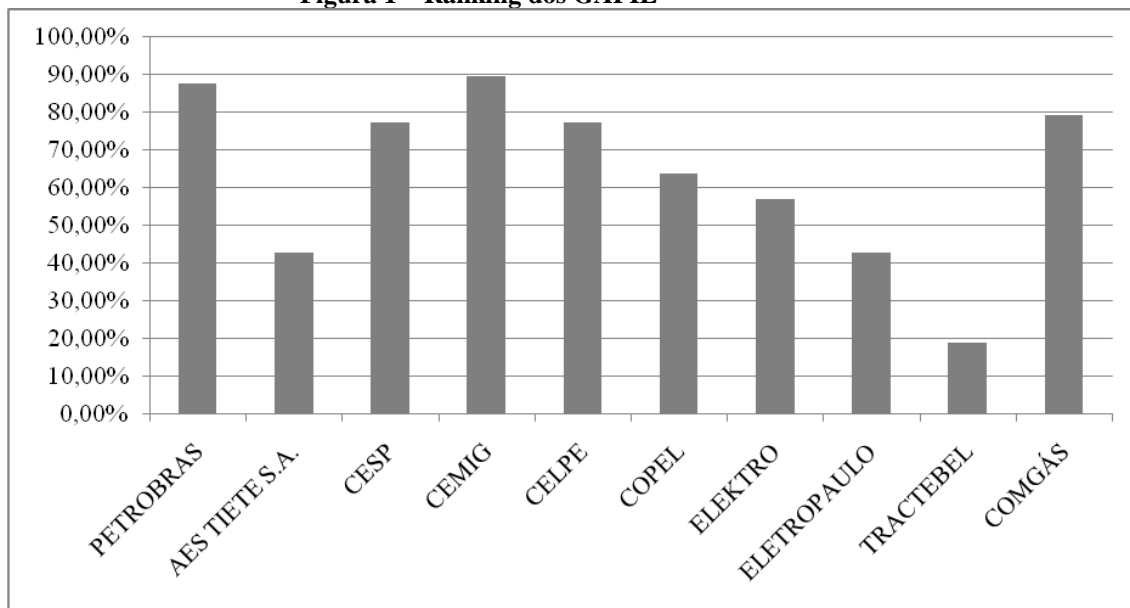
As demais organizações que obtiveram GAPIE com nível de aplicação (B) – AES Tietê S.A., CELPE, Elektro e Eletropaulo –, e as que obtiveram GEE com nível de aplicação (B) – AES Tietê, Elektro e Eletropaulo –, apresentaram os resultados na faixa de intervalo entre 25% e 62%, classificadas como grau médio.

Na maior parte das organizações dos dois setores, a dimensão ambiental apresenta o menor indicador. Verificaram-se poucos comentários a respeito desse indicador nas páginas informadas nos índices remissivos para avaliar se as diretrizes da versão G3 da GRI são atendidas.

Ainda na Tabela 1, apenas três organizações do setor de utilidade pública, do segmento energia (AES Tietê, Eletropaulo e Tractebel), tanto para o GAPIE como para o GEE da dimensão social, relativa aos indicadores social e de responsabilidade com o produto, demonstraram o valor de 0%, devido à existência de omissões com justificativa. Nessas empresas, o resultado sugere que o fato da GRI permitir a validade de omissões com justificativa pode alterar o entendimento do usuário em relação à qualidade dos relatórios disponibilizados pelas empresas. A seguir, encontra-se evidenciado na Figura 1 e na Figura 2, e de forma detalhada na Tabela 2, o *ranking* das organizações por setor.

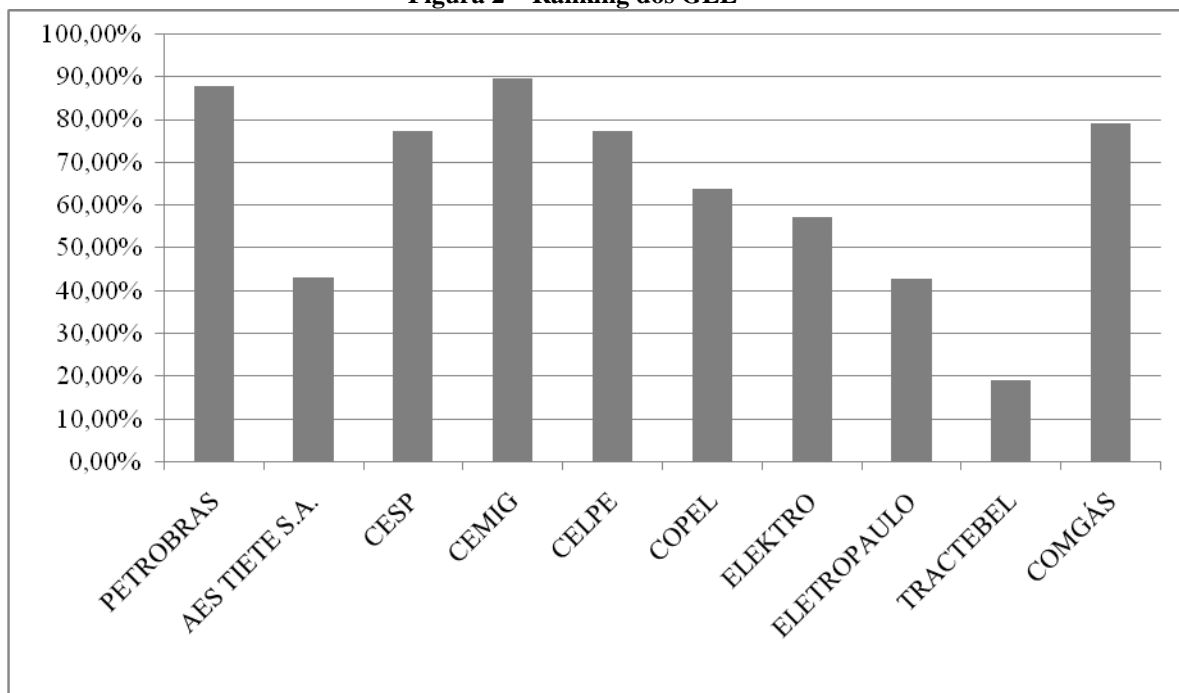


Figura 1 – Ranking dos GAPIE



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 2 – Ranking dos GEE



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 2 apresenta o *ranking* das organizações, classificadas em ordem decrescente por setor, com seus respectivos GAPIE e GEE totais, conforme as diretrizes da GRI, versão G3.



Tabela 2 –Ranking de organizações por setor

Setor de petróleo, gás e biocombustível - GAPIE (%)				Setor de petróleo, gás e biocombustível – GEE (%)		
Organização		GAPIE	NA	Organizações		GEE NA
1º	PETROBRAS	87,75	A	1º	PETROBRAS	85,75 A
Ranking do Setor de Utilidade Pública GAPIE				Ranking do Setor de Utilidade Pública GEE		
Organizações		GAPIE	NA	Organizações		GEE NA
1º	CEMIG	95,83	A	1º	CEMIG	89,58 A
2º	CESP	81,81	A	2º	COMGÁS	79,16 A
3º	COMGÁS	81,25	A	3º	CESP	77,27 A
4º	COPEL	65,69	A	4º	CELPE	77,27 A
5º	CELPE	59,18	B	5º	COPEL	63,82 A
6º	ELEKTRO	57,14	B	6º	ELEKTRO	57,14 B
7º	TIETÊ	42,85	B	7º	TIETÊ	42,85 B
8º	ELETROPAULO	42,85	B	8º	ELETROPAULO	42,84 B
9º	TRACTEBEL	19,14	C	9º	TRACTEBEL	19,14 C

Fonte: Elaborado pelos autores.

A única empresa do setor de petróleo, gás e biocombustível analisada foi a Petrobras. No setor de utilidade pública, lidera o *ranking* com maior GAPIE, a CEMIG (95,83%) e, com menor, a Tractebel (19,14%). O maior GEE é da CEMIG (89,58%) e, o menor, da Tractebel (19,14%). A Tractebel está em 9º lugar por apresentar uma menor quantidade de informações efetivas em relação ao potencial total de informação do modelo GRI.

A GRI informa aos usuários o procedimento para declarar a utilização de seus princípios e diretrizes de acordo com seus níveis de aplicação. Os relatores devem declarar o nível em que aplicaram a estrutura de relatórios da GRI por meio do sistema de níveis de aplicação. Para que um relatório seja reconhecido como baseado na GRI, exige-se a autodeclaração de um nível. Os relatores podem optar por obter pareceres de terceiros ou da Secretaria da GRI sobre a exatidão de sua autodeclaração. Os níveis com o símbolo (+) (C+, B+, A+) significam que a empresa foi auditada, ou seja, foi realizada a verificação externa do relatório (GRI, 2006b, p.27).

As empresas analisadas neste estudo que se autodeclararam atingirem os níveis auditados conforme a GRI (2006b) foram: nível A+ – Petrobras, CEMIG, Tractebel e CELPE; nível B+ – AES Tietê, CESP e Eletropaulo; e nível C+ – Elektro. As demais empresas, Comgás e COPEL, omitiram em seus relatórios a informação. Conforme a GRI (2006), o nível de aplicação A+ requer que todos os indicadores essenciais sejam apresentados ou, no máximo,

omitidos com justificativa. O fato de terem sido auditadas não contribuiu para um alto grau de aderência de todas as empresas analisadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo verificou o GAPIE e o GEE nos setores de petróleo, gás e biocombustível e de utilidade pública, usando para isso os relatórios de sustentabilidade elaborados pelas empresas do setor pela versão G3 das Diretrizes do GRI, tendo por fim identificar a divulgação das informações de desempenho de natureza *triple bottom line*.

Ressalta-se que, dentre as sete empresas do setor de petróleo, gás e biocombustível (Quadro 2), apenas a Petrobras publicou seus relatórios de acordo com as diretrizes do GRI.

Segundo Moneva, Archel e Correa (2006), as informações nos relatórios de sustentabilidade merecem atenção especial na discussão corporativa, sendo um dos instrumentos mais importantes disponíveis para a comunicação com o mercado em geral e com os investidores.

Neste estudo, foram feitas as constatações a seguir.

- Na Tractebel, os valores obtidos nos índices de aderência aos indicadores essenciais padrões da GRI (versão G3) ficaram no menor nível de aplicação (C), revelando que a organização está na faixa de intervalo de até 25%, classificada como grau baixo, indicando



uma grande fragilidade em seus relatórios de sustentabilidade desde 2008 até o presente estudo. A empresa já evidenciava a baixa aderência ao nível de aplicação dos indicadores essenciais de acordo com os padrões da GRI.

- Há cinco organizações com GAPIE e seis organizações com GEE nos maiores níveis de aplicações (A), ou seja, com resultados na faixa de intervalo entre 62% e 100%, estando classificadas com grau de aderência plena e maior grau de evidência efetiva (respondem pelo menos a 49 indicadores essenciais no padrão GRI, de um total de 79 indicadores).
- As demais organizações com GAPIE (CELPE, Elektro, AES Tietê, Eletropaulo e Tractebel), e com GEE (Elektro, AES Tietê e Eletropaulo), apresentaram resultados na faixa de intervalo entre 25% e 62%, ficando classificadas com grau médio, com nível de aplicação (B), revelando menor fragilidade nos seus relatórios.
- Nas organizações AES Tietê, Eletropaulo e Tractebel, do segmento energia do setor de utilidade pública, tanto para os GAPIE como para os GEE, a dimensão social, relativa aos indicadores sociais e de responsabilidade com o produto, demonstraram o valor 0%, por causa da existência de omissões com justificativa nessas empresas. Esse resultado sugere que o fato da GRI permitir omissões com justificativa pode alterar o entendimento do usuário referente à qualidade dos relatórios disponibilizados pelas empresas.
- No *ranking* do setor de petróleo, gás e biocombustível, a Petrobras (respectivamente 87,75% e 85,75%) obtém os maiores GAPIE e GEE, demonstrando que do total dos indicadores essenciais analisados, enquadra-se no nível alto de aplicação. As informações apresentadas pela organização seguem os dados e as diretrizes requeridas para os indicadores essenciais da GRI (versão G3).
- No setor de utilidade pública, a CEMIG (95,83%) lidera o *ranking* com maior GAPIE, e o menor é da Tractebel (19,14%). No setor de utilidade pública, com maior GEE está a Cemig (89,58%) e, com menor, a Tractebel (19,14%). A

Tractebel resultou no 9º lugar do *ranking* por demonstrar uma menor quantidade de informações efetivas em relação ao potencial total de informação do modelo da GRI.

Na maior parte das organizações dos dois setores, a dimensão ambiental – que se refere aos impactos nos sistemas naturais vivos e não vivos, incluindo ecossistemas, solos, ar e água – apresenta o menor indicador. Os indicadores ambientais abrangem o desempenho relacionado com os consumos (matérias-primas, energia, água) e com a produção (emissões, efluentes, resíduos), e englobam ainda o desempenho relacionado com a biodiversidade, com a conformidade ambiental e com outras informações relevantes, tais como despesas com o meio ambiente e os impactos de produtos e serviços. Foram observados poucos comentários a respeito do indicador ambiental nas páginas informadas para avaliar o que do apresentado atende às diretrizes da versão G3 da GRI.

Este artigo chegou aos mesmos resultados de Carvalho (2007) e Castro, Siqueira e Macedo (2009), que demonstraram que o fato de as empresas fazerem parte de um mesmo setor econômico não faz com que estejam em um nível semelhante de aderência aos indicadores do GRI. Ainda foi observado que, apesar do esforço postulado pelo GRI em desenvolver um modelo de qualidade, mais consistente e completo de relatório de sustentabilidade, a sua aplicabilidade nos setores de petróleo, gás e biocombustível e utilidade pública brasileira ainda precisa ser aprimorado quanto ao potencial de informações que determina as diretrizes do relatório GRI.

O estudo limitou-se aos indicadores essenciais das diretrizes para relatórios de sustentabilidade da GRI (G3) por terem maior relevância e aplicabilidade sobre a empresa. A pesquisa não contemplou os indicadores adicionais por serem complementares, podendo ou não ser aplicados e informados. O ano estudado foi o de 2011, por ser o ano mais atual evidenciado nos relatórios de sustentabilidade da maioria das empresas listadas na BM&FBOVESPA nos dois setores, viabilizando a comparação.

Como sugestão para futura pesquisa, recomenda-se que seja feita a análise da aderência plena aos indicadores do GRI considerando uma amostra temporal maior, na qual poderá ser verificado se os problemas encontrados na apresentação dos indicadores do



GRI desta pesquisa foram resolvidos nos relatórios de sustentabilidade subsequentes.

REFERÊNCIAS

- Alves, M. (2007). *Como escrever tese e monografias*. 2ª. ed.. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Andrade, M. M. (2009). *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 9ª ed.. São Paulo: Atlas.
- Bayley, P. E., & Soya, P. A. (1997). Making environmental accounting work for your company. In Philip A. Marcus & John T. Willig (Eds.), *Moving ahead with ISO 14000: improving environmental management and advancing sustainable development* (pp. 193-210). Nova Iorque: John Wiley & Sons, Inc.
- Bergamini Júnior, S. (2000). Contabilidade Ambiental. *Revista Pensar Contábil*, 3(8), 17-23. Rio de Janeiro.
- Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro de São Paulo. (2013a). *Classificação Setorial das Empresas Listadas na BM&FBOVESPA*. Retrieved from <http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/consultas/classificacao-setorial.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: 13 abr. 2013.
- Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro de São Paulo. (2013b). *Empresas listadas*. Retrieved from <http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?Idioma=pt-br>. Acesso em: 13 abr. 2013.
- Carvalho, F. M. (2007). *Análise da utilização dos indicadores essenciais da Global Reporting Initiative nos relatórios sociais em empresas latino-americanas* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Castro, F. A. R., Siqueira, J. R. M., & Macedo, M. A. S. (2009). Indicadores ambientais essenciais: uma análise da sua utilização nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica sul-americano, elaborados pela versão G3 da Global Reporting Initiative. In *South American Congress on Social and Environmental Accounting Research (CSEAR)*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Cervo, A. L., & Bervian, A. (1983). *Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários*. 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.
- Conselho Federal de Contabilidade. (2010). *Resolução CFC 1.282*, 28 de maio de 2010. Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC n. 750/09, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Retrieved from http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2010/001282.
- Deegan, C., Rankin, M., & Tobin, J. (2002). An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997: a test of legitimacy theory. *Accounting Auditing & Accountability Journal*, 15 (3), 312-343. Bradford.
- Dias, L. N. S. (2006). *Análise da utilização dos indicadores do Global Reporting Initiative nos relatórios sociais em empresas brasileiras* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Dias, L. N. S., & Siqueira, J. R. M. (2005). Os indicadores ambientais no balanço social da Petrobras. In *Anais do encontro nacional sobre gestão empresarial e meio ambiente*. Rio de Janeiro.
- Gasparino, M. F. (2006). Análise de relatórios de sustentabilidade, com ênfase na GRI: comparação entre empresas do setor de papel e celulose dos Estados Unidos e Brasil. In *Anais do Encontro do ANPAD*. [CD-ROM]. Salvador.
- Gee, C., & Slater, A. A. (2005). Developing next-generation GRI guidelines. *Corporate Responsibility Management*, 1 (5), 30-33. Londres, abr./ maio.
- Gil, A. C. (1996). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3ª ed. São Paulo: Atlas.
- Global Reporting Initiative. (2006a). *Sustainability reporting guidelines*. Versão 3.0.



- Retrieved from <https://www.globalreporting.org/resource/library/G3-Sustainability-Reporting-Guidelines.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2013.
- _____. (2006b). *Níveis de aplicação da GRI*. Retrieved from <http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/0FF12693-CED7-4D07-847A-106BC7D4080C/0/ApplicationLevelsPRT.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.
- Hackston, D., & Milne, M. J. (1996). Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 9 (1), 77. Bradford.
- Instituto Ethos Empresas e Responsabilidade Social. (2007a). *Global Reporting Initiative*. Retrieved from <http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=4200&Alias=Ethos&Lang=pt-BR>. Acesso em: 16 abr. 2013.
- _____. (2007c). *Introdução ao Balanço Social*. Retrieved from http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/guia_relatorio/default.htm. Acesso em: 17 abr. 2013.
- Lucena, S. L., & Travassos, S. K. M. (2009). Análise comparativa dos relatórios de sustentabilidade do Global Reporting Initiative com ênfase nas empresas de capital aberto com atuação no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciências*, 2 (1 e 2), 69-82.
- Mattar, J. (2008). *Metodologia científica na era da informática*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva.
- Moneva, J. M., Archel, P., & Correa; C. (2006). GRI and the camouflaging of corporate unsustainability. *Accounting Forum*, 30 (2), 121 -137. Florida, EUA.
- Nascimento, V. M., Pereira, V. L. D. V., Silva, S. L., & Bellen, H. M. V. (2011). Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão G3, do GRI, dos relatórios das empresas do setor bancário brasileiro. In *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*. São Paulo.
- Pereira, D. B., & Silva, R. N. S. (2008). Análise da utilização dos indicadores essenciais da GRI nos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras. *Sociedade, contabilidade e gestão*, 3 (2), 76-87. Rio de Janeiro.
- Silva, A. C. R. S. (2003). *Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses*. São Paulo: Atlas.
- Siqueira, J. R. M. (2003). *Mensuração e avaliação do impacto social das organizações: uma análise crítica dos balanços sociais e propostas para um novo modelo* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Siqueira, J. R. M., & Vidal, M. C. R. (2003). Balanços sociais brasileiros: uma análise de seu estágio atual. In *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*. São Paulo. Retrieved from http://www.eac.fea.usp.br/congressousp/congresso3/an_resumo.asp?cod_trabalho=166. Acesso em: 20 abr. 2013.
- Travassos, S. K. M. (2012). *Valoração econômica de dano ambiental: visão econômica contábil para o caso do Estaleiro Atlântico Sul* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.
- Travassos, S. K. M., Costa, J. I. F., & Santos, J. (2012). Valoração econômica de dano ambiental: visão econômica contábil para o caso do Estaleiro Atlântico Sul. In *Anais do Encontro do ANPAD*, Rio de Janeiro.
- Travassos, S. K. M., & Dias, K. J. F. (2009). Contabilidade como ferramenta no processo de gestão ambiental. *Revista Tema*, 8(12), 1-13. Campina Grande.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo*. São Paulo: Atlas.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Vaz, T. (2006). Comunicação com Consistência. *Guia Exame 2006*, 26-27.